

UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO

FACULDADE DE DIREITO

DISCIPLINA: TEORIA GERAL DO PROCESSO I

Nome: \_\_\_\_\_

Matrícula: \_\_\_\_\_

Nota: 10,0

Orientações:

- A prova é composta de 10 questões, cada qual com igual peso;
- A prova é individual e não é permitida a utilização de material de apoio, que não seja o uso de legislação não anotada ou comentada;
- o tempo de duração da prova é de 50 minutos, improrrogável;
- a resposta as questões de marcar com rasura ou corretivo será considerada como errada;
- a comunicação entre os acadêmicos, assim como o uso de material não permitido, conduzirá a retirada da prova e a aplicação de nota zero à avaliação parcial

Questionário:

1 - Considerando o fato hipotético abaixo descrito, responda e assinale a alternativa correta.

João dos Anzóis, transitando pela RS 153, na divisa entre Marau e Passo Fundo, foi flagrado pela fiscalização fazendária do Estado do Rio Grande do Sul, transportando mercadorias sem as respectivas notas fiscais e não apontou a origem das mesmas, havendo indícios relevantes de que se tratavam de produtos produzidos na China.

A - a competência para apurar crime fiscal será da justiça estadual, já que a apreensão se deu pelo fiscal estadual.

B - a competência para apurar a responsabilidade fiscal de produto de origem estrangeira também será da justiça comum estadual uma vez que a autuação e fiscalização se deu pela autoridade fazendária estadual.

C - a competência para apurar o crime de sonegação fiscal será da competência da justiça estadual, enquanto que o procedimento para apurar a responsabilidade fiscal será da justiça federal, já que o imposto sonegado é da competência tributária da união federal.

D - em que pese a apreensão tenha se dado pelo órgão fazendário do estado, a origem estrangeira das mercadorias aponta a responsabilidade fiscal e penal de competência da Justiça Federal conhecer e julgar. ☹

2 - Assinale a alternativa incorreta.

A - Havendo decisão judicial estabelecendo limite para jornada de trabalho, em dissídio coletivo, eventual fiscalização administrativa não poderá

desconsiderar ou afastar a incidência da referida decisão, em face da substitutividade, definitividade e inevitabilidade, elementos característicos da jurisdição

B - se é reconhecido que é característica da jurisdição a inércia, no sentido de que não cabe a quem julga ter a iniciativa da ação, condição e pressuposto para a imparcialidade na condução e solução do conflito, não se desconhece que, uma vez instaurada a ação, ao juízo compete dar impulso ao processo.

C - o princípio do devido processo legal não se coaduna e nem se articula com os princípios do contraditório e da ampla defesa, já que aquele impõe simplesmente a exigência de processo judicial, enquanto que estes a simples participação dos sujeitos no processo.

D - o acesso à justiça se revela princípio que visa assegurar o acesso ao poder judiciário e, do mesmo modo, a busca de efetiva e adequada realização da justiça, nos planos formal e substancial. ✓

3 - Sobre a jurisdição não é correto afirmar:

A - que se caracteriza pela substitutividade

B - que se expressa como poder e dever do estado em solucionar conflitos e aplicar o direito ao caso concreto, a medida em que é defeso fazer justiça com as próprias mãos

C - que a composição sempre prevalecerá em face do que venha decidir o poder judiciário, em toda e qualquer ação ou processo judicial, a medida em que a disposição da vontade das partes impede a intervenção judicial ✗

D - a inevitabilidade indica a impossibilidade de recusar o cumprimento de decisões judiciais ✓

E - a indelegabilidade define e estabelece que a função jurisdicional somente pode ser exercida por quem estiver investido da jurisdição ✓

4 - sobre a competência não é correto afirmar:

A - que a competência territorial se fixa e não pode ser modificada, por ser absoluta

B - a competência se forma e se desenvolve com vistas a organizar a prestação jurisdicional, assim como estabelecer antecipadamente o conhecimento das partes de qual juízo se apresenta como competente para julgar a causa.

C - a competência em razão da matéria pode ser aplicada conjuntamente com a competência territorial.

D - a competência expressa ~~se~~ concretiza o princípio do juiz natural

E - a competência em razão da pessoa, que na verdade é em virtude do cargo que exerce, identifica o foro por prerrogativa de função.

5 - assinale a alternativa correta.

A - o dever de aplicar o direito é tarefa de todos, por isso que o exercício da jurisdição se dá e se opera perante todos os profissionais do direito que tiverem que interpretar e aplicar o direito a um caso concreto, mesmo quando não houver conflito

B - a jurisdição não se exerce de forma arbitrária ou discricionária, a medida em que encontra no processo os elementos de limitação e condicionamento do poder, já que é através do mesmo que se reconhece antecipadamente as possibilidades dos sujeitos no processo.

C - se a matéria for essencialmente técnica, a atividade jurisdicional pode ser delegada a perito judicial.

D - a inércia é relativa a medida em que o exercício da função jurisdicional pressupõe a iniciativa do juiz para o início da própria ação, seja ela cível ou penal, mesmo porque a jurisdição é, antes de tudo, poder.

E - a definitividade aponta pela impossibilidade de decisão judicial ser objeto de recurso ou irresignação da parte vencida.

Assinale "F" quando a afirmação estiver incorreta e "V" quando a mesma for correta.

6 - (V) não é correto afirmar que o princípio do devido processo legal se limita a exigir a existência de um processo e de regras processuais e que assim não se comunica e nem se vincula a outros princípios e garantias processuais.

7 - (V) é correto afirmar que o princípio do devido processo legal exige que a atuação jurisdicional e a atuação dos sujeitos do processo observe os modelos e formas previamente estabelecidos em lei, mas também vincula o legislador a medida em que deve produzir normas que concretizem e viabilizem o referido princípio.

8 - (V) Os critérios para a definição da competência relativa (*ratione loci*) e absoluta (*ratione materiae e ratione personae*) são encontrados precipuamente e originariamente - na Constituição e regulamentação nos Códigos de Processo Cível e Processual Penal.

9 - (V) quando a Constituição Federal define que "são órgãos" do Poder Judiciário, em verdade já passa a estabelecer as bases originárias e fundamentais da própria competência.

10 - (V) a competência estadual se dá e se define pelo critério residual, ou seja, o que não for de sua competência será da competência de outras justiças, federal ou especiais.